

PLANO DE LUTAS

Lutas gerais

1. Em defesa da soberania e autodeterminação dos povos! Fora Trump da Venezuela! Contra as sanções e ameaças de intervenção do governo americano!
2. Fora Temer! Em defesa da democracia e dos direitos! Não à ditadura do judiciário! Pelo direito democrático de Lula concorrer às eleições! Pela reforma e democratização do Poder Judiciário e do Ministério Público!
3. Participação da Fenajufe na campanha de coleta de assinaturas de Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) pela revogação/anulação da reforma trabalhista – Lei 13.467 e pela revogação/anulação da terceirização ilimitada – Lei 13.429. Pela manutenção da Justiça do Trabalho!
4. Greve geral para barrar a PEC 287 (Previdência): “Se botar para votar, o Brasil vai parar!”
5. Pela retirada imediata do PLS 116! Em defesa da estabilidade do servidor público!
6. Defesa do direito de greve!
7. Revogação da EC 95/16 que congela investimentos públicos! Contra o desmonte do serviço público e as privatizações!
8. Pelo fortalecimento de campanhas e projetos de enfrentamento à violência contra a mulher! Pela garantia da proteção à Criança e ao Adolescente, prevista no ECA, e contra a redução da maioridade penal!
9. Pelo fim de toda forma de preconceito (gênero, raça e cor, orientação sexual, credo e idade)! Pela adoção da política de cotas étnicas para ingresso no serviço público! Pelo respeito à laicidade do Estado e a consequente separação entre estado e religião!
10. Pelo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, regulamentando os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal Brasileira, que tratam da comunicação eletrônica, canais abertos de TV e rádio, TV por assinatura e TV de Internet, de forma a democratizar o acesso às mídias e combater o oligopólio da grande mídia brasileira e a manipulação da informação no país.

Pauta específica

11. Por uma política salarial anual que recomponha os salários e garanta ganhos reais! Garantia de pagamento dos 13,23% para todos os servidores(as) do PJU e do MPU! Pela manutenção do pagamento dos quintos!
12. Não às carreiras exclusivas para tribunais superiores!

13. Por um Plano de Carreira que valorize efetivamente todos os cargos e atividades do Judiciário e MPU, com a participação ativa dos(as) servidores(as). Pela valorização do cargo de técnico Judiciário e do Ministério Público por meio do requisito de NS para os concursos públicos.
14. Pela democratização do Poder Judiciário e do Ministério Público.
15. Contra o auxílio moradia à magistratura e o projeto de nova LOMAN. Chega de parcelas extrateto!
16. Defesa da jornada para 6 horas diárias e 30 horas semanais, sem redução salarial! Diminuição da intensificação do trabalho por meio da diminuição da carga e da jornada de trabalho e da instituição de pausas no trabalho, como estabelecido na NR17!
17. Combate às metas abusivas! Contra a política de gratificação de desempenho! Defesa da recomposição do quadro de servidores, com o provimento imediato das vagas oriundas de aposentadorias!
18. Paridade entre ativos e aposentados(as)!
19. Defesa da isonomia dos auxílios-alimentação, pré-escolar e de assistência médica, com recomposição inflacionária!
20. Não à extinção dos cartórios eleitorais! Pela garantia da estrutura para o funcionamento qualificado da Justiça Eleitoral!
21. Pela regulamentação da Aposentadoria Especial dos servidores(as) com deficiência e daqueles(as) que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco, como as relacionadas às áreas de execução de mandados, segurança judiciária, áreas médicas e odontológicas, entre outras!
22. Pelo fortalecimento dos planos de saúde de gestão própria! Pela participação paritária dos servidores(as) nos conselhos dos planos de saúde! Defesa do pagamento integral dos planos de saúde pelos tribunais e MPU!
23. Combate e vedação de todas as formas de terceirização no PJU e no MPU!
24. Pela ocupação exclusiva para servidores(as) do quadro efetivo do PJU e do MPU em funções comissionadas e cargos em comissão. Reformulação da política de provimento dos cargos em comissão (CJs) e das funções comissionadas (FCs), tanto em relação à atual estrutura e contingente, quanto à formulação de critérios objetivos de acesso e dispensa do seu exercício!
25. Pela constituição do Fórum Nacional de Combate ao Assédio Moral! Pela realização de campanhas contra assédio moral e sexual em todo Judiciário e MPU. Cobrar que as administrações dos tribunais assumam o firme compromisso de combate ao assédio moral no trabalho!
26. Que a Fenajufe garanta a estrutura necessária para o funcionamento do Coletivo de Saúde no Trabalho da Fenajufe – Consaúde, com a efetivação da contratação de assessoria técnica

em saúde, já aprovada em Congresso!

27. Pela instalação de berçários em todos os locais de trabalho do Judiciário e MPU!
28. Pela garantia de acessibilidade plena às pessoas com deficiência nos prédios dos órgãos do Judiciário e MPU, na Fenajufe, sindicatos de base e nos sistemas de trabalho e nos canais de consulta pública!

Coletivo Democracia e Luta